

Educação de jovens e adultos na perspectiva da educação do campo

*Sarafina Moreira Gomes Carneiro
Idalina Souza Mascarenhas Borghi
Aldinete Silvino de Lima*

Introdução

Este capítulo é um recorte da pesquisa em andamento, que está sendo desenvolvida no programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade, do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O estudo aborda a especificidade da EJA e da Educação do Campo e discute possibilidades da permanência dos estudantes por meio de políticas públicas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica, direcionada aos sujeitos da cidade e do campo que não tiveram a oportunidade de acesso aos estudos ao longo de sua vida. Essa modalidade possibilita a inclusão destas pessoas ao espaço escolar, os quais devido às questões sociais, culturais, políticas e econômicas do país, tiveram seus direitos e oportunidades negligenciados (CORTADA, 2013). Para exercer uma função inclusiva, ela deve assumir o papel emancipador, libertador, humanizador, como sugere Freire (1996), oferecendo a estes, uma educação crítica, que prepare o estudante para tornar-se protagonista da sua história, tomando suas experiências e trajetórias de vida como ponto de partida para o processo de inclusão educacional e social.

Por sua vez, a Educação do Campo tem por objetivo garantir o direito à educação dos camponeses na educação básica e no ensino superior, buscando romper com o agronegócio e com a Educação Rural que durante décadas fortaleceu a concepção da

escola urbanocêntrica e excludente e propagou o campo como um lugar de fracasso, incentivando o “processo de modernização”, pois, na realidade, atendia apenas aos interesses da industrialização e da urbanização, favorecendo, conseqüentemente, as desigualdades sociais. A Educação do Campo, ao contrário da Educação Rural, valoriza a identidade dos camponeses, defende os interesses do campesinato e da Agroecologia e não se caracteriza unicamente pela delimitação do espaço geográfico, visto que o conceito de campo, como acentua Fernandes (2013), é amplo e envolve dimensões materiais e imateriais. O debate sobre a Educação do Campo traz nos seus princípios um projeto de sociedade em que o campo seja espaço viável de produção e reprodução de vida sustentável e, portanto, torna-se imprescindível às Políticas Públicas dessa área de conhecimento, oferecer subsídios para a construção de uma consciência crítica acerca das especificidades das escolas do campo, a fim de se construir propostas de ensino e de aprendizagens coletivas, integradas com as identidades dos sujeitos do campo, suas especificidades e defesa da justiça social.

Nesse sentido, consideramos que a EJA, à luz da pedagogia freiriana, tem uma estreita relação com objetivos da Educação do Campo, uma vez que, os fundamentos de ambas advêm da educação libertadora como uma possibilidade de superação da condição de oprimido, tendo em vista à formação da pessoa crítica e autônoma, que busca reafirmar sua identidade enquanto sujeito de direito.

De fato, os estudantes da EJA, sejam quilombolas, indígenas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, assalariados, dentre outros homens e mulheres do campo ou da cidade foram segregados e massacrados pelo discurso uniformizador da sociedade hegemônica, a qual se preocupou em estigmatizá-los como vulneráveis e carentes e, portanto, responsável pelo seu processo de exclusão social. Esse discurso foi produzido na tentativa de abster-se da culpa ou intenção da negação dos direitos coletivos e humanos.

Cabe destacar que, ao abordar a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação do Campo, consideramos fundamental refletir sobre as políticas públicas de acesso e permanência dos estudantes da EJA, levando em conta a heterogeneidade presente na sala de aula e no campo brasileiro, respeitando as individualidades, diversidades, histórias de luta e de trabalho.

Torna-se, portanto, essencial que, nesta modalidade educacional, os professores atuem de modo a pensar em práticas que valorizem as diferentes experiências de vida, a diversidade cultural e social que retratam a especificidade dos educandos da EJA, como também, práticas que lhes permitam superar a condição de subalternos e segregados, que os permitam contestar esta visão fatalista e lhes possibilitem perceberem-se enquanto pessoas vítimas de um processo de exclusão social intencionado, mas que também, sabem da necessidade de reagir e de assumirem-se politicamente em busca de outras explicações a respeito desta negação de direitos humanamente essenciais. Logo, para superar a visão fatalista a melhor forma é desmistificá-las, reconhecendo a necessidade de ir à luta e acima de tudo resistir, objetivando uma educação emancipatória, pensada por/para estes sujeitos (ARROYO, 2017).

Na mesma direção, a Educação do Campo pretende incidir sobre a política de educação, tomando por base os interesses dos camponeses e a luta pela reforma agrária, as condições de trabalho, a valorização da cultura, da terra e dos recursos naturais. Sobre esse aspecto, Caldart (2012) afirma que os camponeses vêm se fortalecendo e ampliando os conhecimentos adquiridos com as lutas sociais contra os projetos hegemônicos, tornando-se uma política pública de formação humana.

De acordo com Araújo (2012), a EJA na perspectiva da Educação do Campo, pode ser percebida como uma resposta às demandas por educação escolar, levantada pelos estudantes do campo, sendo compreendida não só como uma necessidade de

alfabetização destes educandos, mas também como uma proposta educacional que possibilita a conscientização, participação, transformação social e a conseqüente mudança de vida.

Assim, diante desta percepção, e objetivando discutir as potencialidades da Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação do Campo, desenvolvemos um estudo balizado pelos princípios da pesquisa qualitativa e como instrumento de produção de informações foi utilizado entrevista semiestruturada com uma professora que desenvolve sua atividade docente em uma escola do campo, no município de Irará-BA (CRESWELL, 2014). A escolha da participante está relacionada ao fato de que a professora tem vasta experiência na EJA, desenvolveu sua pesquisa de mestrado nesta modalidade educativa e está diretamente envolvida com o movimento de defesa da Educação do Campo. Buscamos com esta reflexão apresentar alguns desafios e as possibilidades vislumbradas nas dinâmicas de ensino e de aprendizagem na EJA, as quais podem contribuir, de forma significativa, para o reconhecimento de uma proposta pedagógica que mobilize o protagonismo destes sujeitos, reconhecendo sua diversidade e valorizando sua história de luta e resistência.

Este capítulo apresenta os resultados parciais do estudo organizado em duas seções. A primeira seção trata sobre as ideias teóricas que sustentam o estudo e na segunda seção discutimos os resultados obtidos por meio da entrevista semiestruturada com uma professora que atua na EJA em uma escola do campo do município de Irará-BA, tomando por referência as categorias analíticas: concepção de EJA; concepção de Educação do Campo e políticas públicas. Em seguida, tecemos algumas considerações acerca da temática estudada.

EJA e Educação do Campo

A EJA é uma modalidade de ensino que, conforme argumenta Cortada (2012), busca oferecer a oportunidade de estudo a uma

parcela da sociedade, que por questões sociais, não teve respeitado seu direito à educação escolar, quando no decorrer da formação foram conduzidos ao processo de exclusão, por não se adequarem ao perfil de estudante desejado pelo sistema educacional vigente (segregador, antidialógico, hierárquico e opressor), que pela política de negação de direitos, foram ignorados, sofrendo um processo de exclusão social, que por “fatalidade” atinge as pessoas oriundas das classes trabalhadoras (oprimidos, excluídos, dominados).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), a demanda por escola para jovens e adultos que ultrapassaram a idade definida como regular para cursar a Educação Básica apresenta diferentes níveis. Neste contexto, podemos inferir que, esta defasagem escolar resulta na promoção da exclusão social em maior intensidade, uma vez que, ao não conseguirem atingir um nível de escolarização que promova sua autonomia, estes estudantes, provavelmente, será privado de exercer sua cidadania plenamente.

Araújo (2012) apresenta uma concepção de EJA como uma modalidade da educação básica, destinada às pessoas do campo e da cidade, às quais foi negado, ao longo de suas vidas, o direito ao acesso e permanência na educação escolar. Esta afirmação nos leva a perceber que, ao falarmos em educandos da EJA, estamos falando também de sujeitos do campo, uma vez que, esta é a modalidade de ensino que tem como público alvo uma grande diversidade (de gênero, classe, étnicas, raciais, territoriais), de pessoas que trazem consigo suas singularidades.

De acordo com Arroyo (2017) ao tentar retornar à escola, estas pessoas não buscam apenas o direito ao conhecimento escolar, eles lutam também pelo direito a uma vida justa, o direito a conhecer sua história, descobrir os significados escondidos e ignorados pelas verdades hegemônicas e excludentes.

Neste sentido, Arroyo (2017) destaca que a diversidade de educandos que compõem à EJA,

[...] Não lutam apenas pelos conhecimentos escolares a que têm direito. Disputam o direito a conhecimentos ausentes, sobre seu sobreviver, seu resistir. Saberes de *outra história* social, racial e de classes que vivenciam e que têm direito a saber entender-se. Disputam o direito a que os saberes dessa outra história de segregação e de emancipação sejam incorporados com o seu direito ao conhecimento (ARROYO, 2017, p.14).

Pensar nesta perspectiva corrobora com o que Cortada (2013), define como função da EJA, segundo ela, a EJA tem a função de cumprir um papel emancipador, construindo com estas pessoas, instrumentos que os conduzam ao seu processo de libertação das limitações impostas pela negação da aprendizagem dos saberes escolares, promovendo uma educação que possibilite a compreensão e transformação de suas realidades.

Neste contexto, sugere-se que as práticas mobilizadas nestes ambientes considerem o público atendido pela EJA, que trazem consigo histórias de lutas, não apenas pelo direito à educação, como também, por direitos fundamentais a existência humana. Desta forma, as práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos devem estar pautadas em concepções de ensino baseadas em paradigmas libertários, distanciando-se de concepções bancárias e alienantes, que anulam a criatividade e promovem a não criticidade, satisfazendo assim os interesses das elites opressoras (FREIRE, 1989).

Assim, ao conhecermos o perfil dos estudantes da EJA, reconhecendo-os enquanto sujeitos de direitos negados ou negligenciados, entendemos que fazem parte da classe trabalhadora, e que por estarem subordinados aos caprichos de uma sociedade opressora, não tiveram acesso a uma educação que lhe garantisse o direito de aprender. Podemos dizer que estas pessoas possuem uma história de vida que se cruza com a história dos camponeses, e conhecendo a sua diversidade é possível perceber que estes também fazem parte da Educação de Jovens e Adultos, e que, quando esta

atua na perspectiva da Educação do Campo, traz consigo uma possibilidade de promover uma educação que reconheça estes trabalhadores como protagonistas do seu processo educativo.

No que diz respeito à Educação do Campo, torna-se necessário compreendê-la enquanto, “um fenômeno da realidade social brasileira atual, protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012, p. 256). Assim, a escola do campo deve contemplar em seu processo educativo o protagonismo dos estudantes, os quais demarcam como campo de interesse não apenas a escolarização, mas também questões do trabalho, da cultura, das lutas sociais, da terra e da identidade.

Neste sentido, é importante considerar a Educação do Campo em seu tríplice aspecto: campo, política pública e educação (CALDART, 2009), como um importante agente de formação dos camponeses. Para que a escola do campo exerça esse papel, faz-se necessário que a comunidade escolar compreenda o campo como um lugar de direitos, onde vivem sujeitos coletivos, com objetivos comuns, com histórias de luta e resistência, e que buscam por uma educação emancipatória, humana e social (CALDART, 2012).

É assumindo esta concepção, que entendemos a necessidade de refletir sobre as políticas públicas da EJA e da Educação do Campo, tendo em vista que enfrentamos na contemporaneidade, desmontes das políticas públicas sociais, trabalhistas e educacionais impostos atualmente aos brasileiros.

A EJA na perspectiva da Educação do Campo, como destaca Arroyo (2017), é uma forma de resistência, de consciência crítica e ativa, onde os modelos hegemônicos de educação perdem o seu sentido, sua força. Ao se munirem do conhecimento sistematizado pela humanidade em conjunto com o conhecimento produzido em sua trajetória de vida, construindo uma consciência crítica, estas pessoas

colocam em “xeque” o discurso hegemônico e podem reivindicar a implementação de políticas públicas.

A concepção de EJA na Educação do Campo tem como centralidade os sujeitos e suas relações com a produção e reprodução da vida no campo, suas experiências e trajetórias de vida e objetiva promover diálogos a respeito dos conflitos sobre a condição social, política, bem como questionamentos sobre as práticas educativas gerenciadas nestas turmas, refletindo se estas consideram os educandos como protagonistas do seu processo formativo ou acabam perpetuando o processo de silenciamento destes indivíduos engendrado por ações autoritárias e excludentes (BARCELOS, 2014).

Freire (2018) destaca que ensinar exige respeito à autonomia do educando, a sua forma de pensar, a sua curiosidade, sua inquietude. Destaca também que ensinar exige bom senso em considerar as particularidades, em compreender que o uso do autoritarismo irá distanciar o educando do espaço escolar, e do compartilhamento de responsabilidade dos resultados, considerando que o processo de ensinar e de aprender acontece na mediação entre professor e estudante e todos são responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso.

Diante destas afirmações, torna-se imprescindível destacar a importância do papel do professor como mediador deste processo de formação humana. Para tanto, faz-se necessário desenvolver um trabalho baseado nos princípios formadores da Educação de Jovens e Adultos e da Educação do Campo, o que demanda do professor o senso de pertencimento, uma relação de confiança mútua com estes educandos e com as questões mobilizadas por eles. Cabe lembrar também que os estudantes da EJA de escolas do campo enfrentam desafios quanto às condições de trabalho, uma vez que eles são vítimas da exploração capital do trabalho por meio do agronegócio. Isso exige que os professores compreendam os interesses do capitalismo presentes no modelo de campo vigente e discuta possibilidades de resistência e enfrentamento.

É importante considerar que a tarefa de educar transcende a estrutura dos conteúdos, ela concebe a responsabilidade do processo de formação humana, isto em todos os níveis de ensino, porém, quando nos referirmos às turmas da EJA assumimos um compromisso ainda maior, o de garantir aos estudantes o direito a uma educação para além das regras ou técnicas. Defendemos uma educação que promova a autoestima, o respeito aos saberes sociais dos estudantes, a inquietação e os questionamentos dos fatos, compreendendo seus insucessos escolares como resultados de ações alienantes e dominadoras da sociedade, uma vez que, ainda faz-se necessário lutar por uma educação libertadora.

Reflexões de uma educadora

Considerando a concepção da EJA na perspectiva da Educação do Campo discutida na seção anterior, apresentamos trechos de uma entrevista semiestruturada, realizada no mês de maio de 2019, com uma professora que atua em turmas da Educação de Jovens e Adultos de uma escola do campo do município de Irará-BA. Com a intenção de preservar a identidade da professora participante da pesquisa nominamos de “Professora EJA”. As perguntas da entrevista tratavam, em particular, sobre os desafios enfrentados nas turmas de EJA, as possibilidades de superação, o perfil dos educandos e as especificidades que caracterizam a EJA na perspectiva da Educação do Campo. Para analisar as respostas da professora delimitamos as categorias: *concepção de EJA*; *concepção de Educação do Campo* e *políticas públicas como possibilidades de superação de desafios*. A seguir, apresentamos os trechos das respostas da professora organizados por categorias.

Concepção de EJA

A professora participante revela a sua concepção de educação quando interrogada sobre a especificidade das turmas de EJA e aponta

equivocos provocados pela infantilização das práticas pedagógicas de outros colegas professores que possuem concepções diferentes:

O professor que traz um material que ele utiliza de manhã numa turma de criança e traz para noite, ele não tem uma concepção de EJA, ele traz uma concepção de criança, uma concepção de Educação Infantil para utilizar ou do Fundamental I, mesmo para utilizar a noite. Então ele precisa conhecer a Educação de Jovens e adultos, estudar, falar, conhecer as leis que protege, e que explica o que é essa EJA, para que e para quem realmente é destinada a Educação de Jovens e Adultos (PROFESSORA EJA).

A resposta da professora indica uma ausência de práticas pedagógicas coerentes com o público da EJA e defende a valorização da identidade dos educandos, para não correr o risco, mais uma vez, de não conseguir atender as demandas dos sujeitos, apresentando uma proposta educativa que não contemple seus interesses. Essa preocupação da professora também foi destacada por Gadotti (2009), quando o autor afirma que as pessoas que constituem a EJA já tiveram uma experiência negativa da escola e, para incluí-los nela, exige a adoção de metodologias e práticas educacionais e culturais que não reproduzam os mesmos erros cometidos antes, os quais provocaram sua expulsão destes espaços.

Arroyo (2017) esclarece que a história da educação escolar pública no Brasil é marcada por interesses hegemônicos, que precarizam a educação com o objetivo de subordinação destes sujeitos. Estas propostas esvaziam o sentido da educação, apresentando seu principal objetivo centrado no letramento, propondo atividades de ensino e aprendizagem voltadas essencialmente às noções de conhecimentos escolares, ou seja, limitando-se a escolarização. Assim, mais uma vez desprezando um direito legitimado destes trabalhadores e trabalhadoras, como também ignorando a dimensão holística da educação.

A EJA, quando assumida na perspectiva da formação humana, passa a ser vista enquanto concepção de educação que defende os propósitos de libertação, participação e emancipação, respeitando a diversidade destes educandos, suas vivências, concepções de mundo, como elementos essenciais para realização de práticas escolares que possibilitem o desenvolvimento pleno do ser humano.

Para reafirmar a sua concepção de educação, a professora relata as principais características do perfil dos estudantes da sua turma de EJA:

Os alunos que frequentam as escolas da EJA, que ficam no campo, são alunos na sua maioria trabalhadores, trabalhadores do campo mesmo, alguns são mais jovens, como adolescentes, 17 a 18 anos, os mais jovens de 20 a 25 anos, estes geralmente são motoboys, vão para cidade fazer motoboys [...]. Dos meus alunos muitos são diaristas, mas a maioria são realmente trabalhadores do campo, sentem muita dificuldade hoje, porque o pedaço de terra que eles têm não conseguem plantar, então eles serão meeiros, vão trabalhar nas terras dos outros, dividir esta terra, dividir a plantação, muitos vão trabalhar para ganhar o dia nas terras, digo nas terras dos grandes, não digo latifundiários, mas das pessoas que detêm uma grande quantidade de terras, são esses alunos que eu ensino, esses alunos são na sua maioria negros, 97% são negros, são de condições financeira bem baixa. São alunos mesmo que, em suas trajetórias de vida de escolarização tentam ressignificar as marcas do passado. Os percalços que a escola teve, durante a sua ida à escola. Então assim, são pessoas que trazem histórias de vida muito interessante, história de vidas marcantes [...]
(PROFESSORA EJA).

No trecho supracitado a professora evidencia que os seus estudantes são pessoas do campo e apresentam uma relação de exploração no trabalho gerada pela desigualdade de terras no país. Discutir possibilidades de romper com a exploração da mão de obra dos camponeses é um dos objetivos da Educação do Campo e também da EJA, de acordo com a concepção de educação libertadora

da pedagogia freiriana. Essa resposta evidencia que a professora se preocupa com os seus estudantes, para além do estudo dos conteúdos escolares. Ela compreende o educando da EJA na sua diversidade e busca atender aos seus interesses na luta por justiça social.

Concepção de Educação do Campo

No que diz respeito à Educação do Campo a professora afirma que:

A Educação do Campo tem uma história muito parecida com a EJA, mesmo porque em sua maioria são alunos oriundos do campo mesmo, não é? Então falar da Educação do Campo envolvendo a EJA é falar de um espaço que merece ser respeitado, merece ser reconhecido, mas que, infelizmente continua daquela forma como já tinha falado com vocês antes [...]. A Educação do Campo é para mim aquela educação que tem realmente que se contrapor com a subordinação e as relações de poder e dominação desse povo que acha que os alunos do campo, os alunos trabalhadores na verdade não sabem nada e que quando vão para escola eles vão só para aprender a ler e escrever, assinar o nome, quando na verdade não é (PROFESSORA EJA).

Neste depoimento percebemos a posição crítica assumida pela professora, ao reconhecer a luta dos camponeses contra a relação de poder dos dominadores e de valorizar a história de vida dos estudantes enquanto protagonistas. Ela reconhece que os seus estudantes da EJA são trabalhadores e trabalhadoras do campo e que, apesar de serem submetidos às condições precárias de sobrevivência, buscam uma educação de qualidade socialmente referenciada. Esse tipo de concepção é contrária a concepção de Educação Rural que, durante décadas, reduziu o direito dos povos do campo de ampliar seus conhecimentos ao interesse de permanecer no modelo de exploração do trabalho no campo.

A professora esclarece ainda que:

[...] se eu não me engano, Caldart traz que é possível ter uma outra visão, uma outra concepção de campo, uma outra concepção de educação de escola, eu acho que eles trazem isso na sua grande maioria, eles entendem que a escola ela pode ser melhor, a escola pode trazer algo diferente para a vida deles, o projeto de vida deles pode ser realizado a partir do momento que eles estão ali, permanecendo, buscando (PROFESSORA EJA).

Em sua resposta a professora menciona a necessidade de ter outra concepção de escola, tomando por base a função social da escola do campo apresentada por Caldart (2012) que discute a escola na perspectiva da transformação social. Cabe destacar que, a transformação do papel da escola não acontece isoladamente. É fundamental que a prática educativa dialogue com os interesses e necessidades dos jovens, adultos e idosos do campo para além dos muros da escola. Faz-se necessário, que a escola faça parte do modo de vida, cultura e trabalho dos estudantes.

Políticas públicas como possibilidades de superação de desafios

Sobre os desafios enfrentados na EJA e as possibilidades de superação a professora destaca a necessidade de implantação de políticas públicas educativas ao afirmar que:

Nós temos como grande desafio reconhecer a especificidade dessa modalidade enquanto Educação Básica [...]. Outra coisa que a gente precisa e tem como desafio é a construção de uma política mesmo de Estado. [...] Outro desafio é garantir os recursos, o investimento para melhoria da aprendizagem dos alunos. A gente precisa garantir isso. É um desafio sim, porque, muitas das vezes, vem os programas para o diurno, como o Mais Educação, Mais Alfabetização e vários outros programas e que a noite não chega para ajudar o professor que está ali na sala do Tempo Formativo I [...]. Então, um dos desafios também é garantir esses recursos e investimentos para

melhoria da aprendizagem dos jovens e adultos
(PROFESSORA EJA).

A resposta da professora apresenta desafios para o acesso, permanência e a aprendizagem dos estudos da EJA. Primeiramente, a professora ressalta a dificuldade da EJA em se afirmar enquanto uma modalidade de ensino, uma vez que mesmo garantida por lei, não é vista como uma prioridade, nas propostas pedagógicas, enquanto política pública. Em seguida, relata a desigualdade na distribuição dos recursos públicos, que conforme acentua Di Pierro (2005) sem recursos e sem políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade desta modalidade de ensino, os sujeitos EJA, mais uma vez, serão excluídos.

Além disso, vale lembrar que se os estudantes não se sentirem acolhidos e contemplados na escola, não encontrarão sentido em ali permanecerem. Sobre isso, Gadotti (2009) destaca que a educação de adultos deve deixar de ser um gueto, para tornar-se uma política pública, apontando também, para a necessidade de reconhecer que o direito à educação não deve ser desvinculado dos direitos sociais.

Ainda sobre os desafios e possibilidades, a professora fez questão de destacar o desejo de superação dos estudantes da EJA. “Eu vejo assim [...] a vontade deles continuarem estudando, mesmo com todas as dificuldades, eles enxergam na escola esta outra concepção de escola, de campo, da escola do campo” (PROFESSORA EJA).

O depoimento da professora, a nosso modo de ver, indica os desafios da EJA e da Educação do Campo enquanto políticas públicas, mas também revela o interesse dos estudantes por outro modelo de escola e de campo. Como defende Borghi (2012), pensar a escola como espaço de gestão da vida é extrapolar a noção de escola limitada aos conteúdos escolares, é avançar para compreendê-la como espaço de encontro de saberes, identidades, culturas e diferenças.

Portanto, pensar a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação do Campo é percebê-la como direito e como estratégia de resistência e enfrentamento. É, sobretudo, pensá-la como uma possibilidade de justiça social, não como uma política compensatória, mas sim, como uma política reparadora, afirmativa que visa mobilizar ações educativas para a promoção de sua inserção social.

Considerações finais

Neste capítulo buscamos refletir sobre as potencialidades, os desafios e possibilidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na perspectiva da Educação do Campo, por meio da análise de uma entrevista semiestruturada realizada com uma professora que atua na EJA em uma escola do campo, no município de Irará-BA.

O estudo sobre este domínio busca dar centralidade aos sujeitos da EJA que tiveram seus direitos negados e suas experiências e trajetórias de vida marcadas pela invisibilidade proporcionada pela classe social dominante.

Para mudar esses fatos históricos, espera-se que no chão da escola do campo seja implantada uma proposta educacional capaz de promover diálogos sobre a vida destas pessoas, bem como questionamentos a respeito das práticas educativas gerenciadas e vivenciadas nestas turmas, no intuito de mediá-los na construção do conhecimento crítico, para que os trabalhadores do campo ou da cidade não sejam estigmatizados, culpabilizados pela sua condição social, e assim, possam reagir em busca da construção da sua autonomia e do direito de ser protagonista do seu processo de aprendizagem.

O estudo aponta que a Educação de Jovens e Adultos quando percebida numa perspectiva emancipatória, torna-se propulsora de uma proposta pedagógica comprometida com a diversidade, autonomia e libertação dos sujeitos que a compõem. Esta deve considerar a história de vida destes educandos, numa perspectiva política, cultural necessária para a justiça social.

O posicionamento crítico adotado pela professora participante da pesquisa nos levou a perceber a relevância da formação no sentido de viabilizar práticas educativas que promovam o protagonismo, a autonomia e libertação social destas pessoas. Percebemos que uma formação de professores, baseada na criticidade, construção de identidade e pertencimento é essencial para que este projeto de libertação e humanização aconteça.

A análise dos resultados indica que, a Educação do Campo, como também a Educação de Jovens e Adultos, apresentam uma trajetória marcada pela necessidade de seus estudantes se reafirmarem enquanto sujeitos sociais, políticos e culturais, que lutam para serem reconhecidos como sujeitos de direito. Os dados ainda revelam o reconhecimento da professora quanto à identidade dos estudantes e indicam uma concepção de Educação do Campo, baseada na emancipação social contra a dominação e exploração dos camponeses.

Referências

ARAÚJO, M. N. R. **Educação de Jovens e Adultos**. In: CALDART, Roseli Salete (org.) et al *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ARROYO. M. G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, 2013, 562p.

BARCELLOS, V. **Avaliação da Educação de Jovens e Adultos: uma proposta solidária e cooperativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BORGHI, I. S. M. **Tramas das relações na escola: trajetórias escolares de jovens da EJA**. FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 21, n. 37, p. 117-126, jan./jun. 2012.

CORTADA, S. **EJA- Educação de Jovens e Adultos em seus Diferentes contextos**. Jundiaí: Paco editorial, 2013.

CALDART, R. **Educação do campo**. In: CALDART, Roseli Salette (org.) *et al* Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-74, mar./jun., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e políticas públicas da educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**. V.26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, p. 57-76, 1996.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 56 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos como direito humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009.

